Nomos

Um Catecismo Amazônico

Author(s): Karl Arenz, Cândida Barros and Valeria Gauz

Source: *Anthropos*, 2019, Bd. 114, H. 1. (2019), pp. 181-194

Published by: Nomos Verlagsgesellschaft mbH

Stable URL: https://www.jstor.org/stable/10.2307/26790644

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at https://about.jstor.org/terms

Nomos Verlagsgesellschaft mbH is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Anthropos*

JSTOR

This content downloaded from 132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

ANTHROPOS

114.2019: 181–193

Um Catecismo Amazônico

O "Compendio da Doutrina Christam na Língua Portugueza & Brasilica" de João Felipe Bettendorff (1687)

Karl Arenz, Cândida Barros, Valeria Gauz

Abstract. – Jesuit João Felipe Bettendorff (1625–1698) from Luxembourg was the author of the *Compêndio da Doutrina Christam* (1687). This catechism is the last work in Tupi language printed by the Society of Jesus in colonial times and the first, whose author was a Jesuit working in the Amazon. The analysis of Bettendorff's trajectory and the contexts of the late seventeenth century help to understand the reasons for the publication of this catechism, being different from the one in use in the Jesuit missions. The two copies of the *princeps* edition still accessible allow a linguistic, historical and anthropological deepening of Jesuit evangelization in the Portuguese Amazon. [*Portuguese Amazon, Tupi language, catechism, society of Jesus, Princeps edition*]

Karl Arenz, (UFPA), Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Université Paris 4-Sorbonne. Professor de História na Universidade Federal do Pará em Belém, Brasil. Autor de: "São e salvo. A pajelança da população ribeirinha do Baixo Amazonas como desafio para a evangelização" (Quito 2003); "De l'Alzette à l'Amazone. Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661–1693)" (Luxemburgo 2008); "Além das doutrinas e rotinas. Índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII)" (*Revista História e Cultura* 3.2014.2: 63–88). E-mail: karlarenz@ufpa.br

Cândida Barros, (MPEG), Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Pesquisadora do Museu Emílio Goeldi (Belém). Autora de: "Intérpretes e confessionários como expressões de políticas linguísticas da Igreja voltadas à confissão" (*Delta. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 27.2011: 289–310); "The Office of Lingua. A Portrait of the Religious Tupi Interpreter in Brazil in the Sixteenth Century" (*Itinerario* 25.2001.2: 110–140), "Disputa política como contexto favorecedor de impressão de catecismos jesuíticos nas línguas vernáculas coloniais: o governo do Padre Geral Mucio Vilelleschi (1615–1645)" (*Língua e Instrumentos Lingüísticos* 13/14.2004: 137–145). E-mail: mcandida.barros@gmail.com

Valeria Gauz, (Museu da República), Doutora em Ciências da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, IBICT (Rio de Janeiro). Técnica em documentação da Biblioteca do Museu da República (Rio). Autora de: "Digitalização cooperativa de acervo raro. Mais do que alternativa, solução" (In: Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação 2009); "O Livro Raro e Antigo como Patrimônio Bibliográfico. Aportes históricos e interdisciplinares" (*Revista Museologia e Interdisciplinaridade* 4.2015: 71–87); "Early Printing in Brazil" (*Bulletin du Bibliophile – Revue français d'Histoire du Livre* 1.2013: 23–47).

1 Introdução e objetivos

O catecismo "Compendio da Doutrina Christam na Língua portugueza & Brasílica" (doravante *Compendio)*, de autoria do padre João Felipe Bettendorff (1625–1698), foi o último livro sobre a língua tupi[1] impresso pela Companhia de Jesus no período colonial (1687) e o primeiro que teve como autor um jesuíta que atuou na Amazônia.

O *Compendio* (1687) talvez tenha sido a mais inacessível entre as seis obras tupi impressas pelos jesuítas entre os séculos XVI e XVII (Anchieta 1595, Araújo 1618, Figueira [1621?], Araújo e Le-

1 Usaremos o termo tupi para nos referirmos a esse idioma. A expressão "lingua brasílica" foi a que se cristalizou nos títulos das obras jesuíticas impressas, enquanto "língua geral" teve maior uso entre os missionários na Amazônia. Ver Castelnau L'Estoile (2015) e Barros (2015) para estudos sobre o uso dessa última denominação nas fontes coloniais.

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

am 1686 e Figueira 1687)[2], pois as referências e análises sobre ele são baseadas em informações indiretas, como ocorre na "Bibliografia da língua tupi ou guarani" de Alfredo Valle Cabral (1880: 26), ou em consultas à segunda edição de *Compendio*, impressa em 1800. Foi esta a versão referenciada nos trabalhos sobre o tupi colonial compostos por Carlos Drumond (1948), Plinio Ayrosa (1954: 67) e Frederico Edelweiss (1969). O único "tupinólogo" que consultou a primeira edição de Bettendorff foi Lemos Barbosa (1956), já que ele se refere às páginas dessa versão do *Compendio*. Até o momento, localizamos dois exemplares, um na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e outro na Biblioteca Nacional da Espanha[3]

Uma vez localizado o exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, voltamos a atenção no presente trabalho para essa edição *princeps* do catecismo de Bettendorff, com os objetivos de: a) contextualizar historicamente a edição de 1687 em relação a seu autor, à conjuntura sociopolítica da Amazônia lusa naquele momento e à política linguística jesuítica de evangelização dos índios pelo tupi; b) apontar o estatuto de obra rara que ela ganhou a partir do século XIX; c) descrever fisicamente o exemplar da Fundação Biblioteca Nacional, assim como tecer comentários iniciais sobre sua procedência; e, finalmente, d) levantar uma questão (até o momento sem respostas) sobre o *Compendio,* a saber, se ele representou ou não a diferenciação – regionalização – do discurso jesuítico tupi por parte da Missão jesuítica no Maranhão e Grão Pará, distanciando-se da versão do catecismo de Antônio Araújo e Leam (1686), versão oficializada pela Província do Brasil. Tal regionalização discursiva ocorria numa conjuntura na qual a instância da Missão na Amazônia pleiteava separação administrativa do Provincialato do Brasil (Arenz 2010: 45). A localização do exemplar da edição *princeps* viabilizará esses futuros e necessários estudos sobre a história da evangelização em tupi, tendo como base o catecismo de Bettendorff.

2 A trajetória de João Felipe Bettendorff e seu exílio em Lisboa (1684–1688)

João Felipe Bettendorff nasceu no dia 25 de agosto de 1625 no vilarejo de Lintgen, a quinze quilômetros ao norte da cidade de Luxemburgo, capital do ducado homônimo. Sua família era abastada, tendo seu pai exercido, dentro das estruturas semifeudais do século XVII, a função de administrador e cobrador de dízimos da Abadia de São Maximino de Trier, à época a principal proprietária de terras no vale do rio Alzette em torno de Lintgen. Aos dez anos, em 1635, o jovem João Felipe entrou no colégio de Luxemburgo, pertencente à Província Galo-Belga da Companhia de Jesus, iniciando longo processo de formação que só se encerraria com sua ordenação presbiteral em Cambrai em meados de 1659. Durante estes vinte e quatro anos, ele não apenas passou pelas etapas tradicionais da educação jesuítica, isto é, humanidades, filosofia, noviciado, regência (estágio pedagógico) e teologia, como também diplomou-se em direito civil. Originário de um ducado integrado ao conjunto dos chamados Países Baixos Meridionais, sob a soberania dos Habsburgos da Espanha, Bettendorff percorreu, nesse período, uma larga faixa de terras situadas entre as zonas de influência cultural francesa, germânica e italiana. Para se ter uma ideia da dimensão pluricultural de sua trajetória, as cidades por onde ele passou pertencem hoje à Bélgica, França, Alemanha, Itália e Luxemburgo (Arenz 2010: 27 s.).

Devido ao avanço da Reforma protestante no noroeste do continente europeu, o jovem Bettendorff experimentara, enquanto jesuíta em formação, uma prática pastoral centrada na transmissão sistemática do catecismo. Assim, ele conheceu ainda o padre Nicolaus Leyen (1576–1636), denominado Cusanus[4], autor de um catecismo popular volumoso, e missionário itinerante na zona rural de Luxemburgo, da Lorena e ao longo do rio Mosela. O catecismo de Cusanus teve edições em alemão (Cusanus 1627) e francês (Cusanus 1628). O fato de a versão alemã ter sido

2 A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui cinco das seis obras tupi impressas pelos jesuítas. Algumas delas estão disponíveis digitalmente, como no caso do padre José de Anchieta: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obras-raras/or812098/or812098.pdf>. Segundo o catálogo virtual da FBN não há no acervo dessa instituição a edição de Araújo de 1618.

3 Agradecemos a colaboração de Neus Verger, Bibliotecária da Universidade de Barcelona, pela procura nos acervos bibliográficos espanhóis da edição princeps do *Compendio*. Da mesma forma, agradecemos a bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela localização de outro exemplar do *Compendio* na Biblioteca Nacional da Espanha.

4 A alcunha *Cusanus* provém do lugar de origem do padre Nicolaus Leyen, Kues (hoje Bernkastel-Kues) à beira do rio Mosela no então Eleitorado de Trier, a poucos quilômetros da fronteira com Luxemburgo. Ele não deve ser confundido com o cardeal e filósofo Nicolaus Cusanus, também de Kues, que viveu no século XV.

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

reeditada, dezoito vezes, entre 1631 e 1759, indica a grande popularidade desta obra, da qual Bettendorff tinha, sem dúvida alguma, conhecimento. Outra obra catequética de ampla circulação na mesma época era o *Pédagogue Chrétien*. Trata-se de uma coleção de leituras edificantes, publicada em 1627 pelo padre Philippe d'Outreman, originário de Thionville, cidade do então Ducado de Luxemburgo (Birsens1990: 45–51, 66, 136; 1994: 170 s.).

Em 1659, o padre João Felipe Bettendorff recebeu como destino missionário a Missão do Maranhão, provavelmente em resposta a um apelo urgente do então seu superior, o padre Antônio Vieira, de obter mais sacerdotes para as atividades da Companhia de Jesus na Amazônia portuguesa. Ao chegar à região, Bettendorff foi enviado à foz do rio Tapajós, tendo como incumbência a fundação de uma missão. Uma de suas primeiras medidas foi, como será explicitado mais abaixo, proceder à redação de vários diálogos de doutrina em línguas não tupi (Bettendorff 1990: 168).

Essa primeira experiência missionária foi interrompida por um levante dos colonos portugueses em 1661, durante o qual a maioria dos inacianos foi temporariamente expulsa das capitanias do Maranhão e do Pará. Bettendorff, junto com seu compatriota Gaspar Misch, fez parte dos poucos padres que, escondidos nos arredores de Gurupá, conseguiram escapar do desterro. Por isso, logo após o fim da insurreição, lhe foi confiado o cargo de superior local da comunidade de Belém. Em seguida, entre 1662 e 1693, ele ocupou, quase ininterruptamente, mandatos importantes: reitor de colégio, superior da Missão e procurador, além de assessor jurídico da Missão. O fato de lhe ter sido confiada a redação de uma crônica no fim de sua vida evidencia a importância que lhe era atribuída como testemunha e protagonista da presença jesuítica na Amazônia ao longo da segunda metade do seiscentos. A referida crônica constitui hoje uma das fontes mais importantes sobre o referido século na Região Norte[5]. O padre Bettendorff faleceu em 5 de agosto de 1698, no colégio de Belém (Arenz 2010: 31–46).

Uma das principais preocupações de Bettendorff foi a regulamentação do status jurídico das missões e, também, a uniformização do método catequético a ser aplicado nelas. Tal questão se impôs, sobretudo, após um segundo levante dos colonos, ocorrido em São Luís nos meses de fevereiro e março de 1684 (Arenz e Silva 2012: 52–58).

Para definir, de forma clara e duradoura, a conturbada relação entre missionários e moradores[6] – em grande parte consequência da política monopolista do padre Vieira, entre 1655 e 1661 –, Bettendorff viajou para a metrópole, em outubro de 1684, como representante da Missão do Maranhão. Por meio do secretário do rei, Roque Monteiro Paim, ele obteve certa influência sobre as negociações da junta extraordinária, composta por conselheiros régios e altos funcionários (Mello 2009: 48–55).

Apesar da dúvida de seu entorno, o padre luxemburguês obteve logo uma audiência com o rei D. Pedro II. Além disso, contou com o apoio de jesuítas que atuavam na corte e gozou, também, da benevolência da rainha, D. Maria Sofia, de origem alemã. Se a nomeação do militar Gomes Freire de Andrade ao cargo de governador do Maranhão, ainda em 1684, representou um primeiro sucesso para a causa jesuítica, a chegada inesperada dos procuradores dos moradores, Tomás Beckman e Eugênio Ribeiro, foi motivo de inquietação. O mesmo se pode dizer da vinda do então superior da Missão, o suíço Jódoco Perret, que era favorável à supressão da Missão e defendia sua posição com veemência. Após várias deliberações, a junta decretou o desterro dos procuradores dos colonos, enquanto o padre Perret foi afastado de Lisboa por iniciativa de Bettendorff. No entanto, o Senado da Câmara de Belém fez ouvir sua voz, enviando várias petições e conseguindo o reconhecimento do antigo e experimentado capitão-mor do Grão-Pará, Manoel Guedes Aranha, como procurador dos moradores (Arenz e Silva 2012: 59–62).

A repartição tripartite anual da mão de obra revelou ser o ponto mais polêmico das negociações, já que o número de trabalhadores indígenas disponíveis em certas "aldeias de repartição" era demasiado pequeno para uma divisão eficaz, e os prazos de ausência permitida – menos de três meses – não correspondiam às condições do regime sazonal de coleta das drogas do sertão (cacau, casca de cravo, salsaparrilha, baunilha, óleo de copaíba). Os jesuítas cederam, enfim, no que tange ao modo da repartição, que passou a ser bipartite – entre os moradores e os aldeamentos – e aos períodos de trabalho fora das missões. Quando foi abordada a questão da administração temporal

5 Na última década, a crônica foi reeditada por mais duas editoras (Bettendorff 2008, 2010).

6 Convém apontar que, como os missionários e os índios, também os "brancos" constituíram um grupo muito diversificado (Chambouleyron 2010).

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

dos aldeamentos pelos padres, os moradores insistiram em sua completa abolição, exigindo que os inacianos se dedicassem exclusivamente à evangelização, deixando-lhes assim unicamente a administração espiritual. Em resposta, Bettendorff (1686: 129 r) reivindicou categoricamente a restituição do poder temporal sobre os índios, conforme a lei de 1655, afirmando que "sem a administração temporal dos índios, a Missão não pode subsistir". Diante desse impasse, o governador Gomes Freire declarou-se favorável ao restabelecimento da "dupla administração", sendo essa decisão final acatada pela junta e recomendada ao rei (Mello 2009: 56–67).

Com base nesse "pacote" de compromissos, em 21 de dezembro de 1686 foi promulgado o Regimento das Missões. Mathias Kiemen (1954: 163) o designa *masterpiece of legislation*, isto é, "obra prima da legislação". De fato, o texto conjuga, em linguagem jurídico-técnica, os objetivos da catequização dos índios com o regime de confinamento e trabalho compulsório. O documento tem quatro eixos principais, que permitem subsumir o conjunto de seus vinte e quatro parágrafos. Primeiro (§§ 1–7), os aldeamentos terão expressiva autonomia, garantida mediante a restituição da "dupla administração", a nomeação de dois civis como "procuradores dos índios" e o controle tanto da entrada de não-indígenas como da saída de indígenas das missões. Além disso, os casamentos mistos serão supervisionados para evitar a eventual escravização da parceira ameríndia. Segundo (§§ 8–9 e 22), os aldeamentos serão reagrupados em lugares estratégicos, devendo conter, respectivamente, uma população mínima de 150 casais para facilitar as repartições e agilizar o intercâmbio demográfico e econômico entre eles em caso de necessidade. Terceiro (§§ 10–19), os serviços dentro e fora dos aldeamentos serão flexibilizados. Para este fim, a mão de obra masculina será anualmente inventariada e bipartida. Os índios que forem destinados a trabalhos fora da missão serão indicados por uma comissão, composta de representantes das ordens, autoridades e moradores. Esta estabelecerá também os tipos de serviço, os períodos de ausência – no Maranhão até quatro e no Pará até seis meses conforme a sazonalidade das safras – e o valor da remuneração. Quanto aos missionários, não contemplados na bipartição, suas residências que ficarem a trinta léguas das principais cidades, isto é, Belém e São Luís, receberão vinte e cinco índios (mais tarde, casais) para seus serviços. Quarto (§§ 20–21 e 23–24), certas necessidades dos moradores e a especificidade dos índios recém-descidos[7] dos sertões não serão mais negadas, e sim tratadas como casos excepcionais. Desta maneira, será mais fácil requisitar índios para servirem de remadores para transportes de porte maior ou de índias como amas de leite ou ajudantes na produção de farinha de mandioca. Já os índios recém-descidos serão doravante instalados provisoriamente em aldeamentos à parte, ficando isentos de qualquer serviço externo por dois anos (Portugal 1686 a, Arenz e Silva 2012: 62 s.).

Apesar da aparente vantagem para a Companhia de Jesus, o Regimento das Missões teve grande impacto sobre o conjunto da sociedade colonial, pois constituiu um *modus vivendi* viável que contemplava os principais interesses de todas as partes envolvidas. Assim, os religiosos inacianos recuperaram a "dupla administração" e voltaram fortalecidos ao Maranhão como gerenciadores de aldeamentos doravante autônomos. Os moradores conseguiram um acesso mais amplo à mão de obra indígena, pois a bipartição e os prazos prolongados de serviço lhes forneciam mais trabalhadores indígenas por mais tempo. As autoridades metropolitanas podiam vislumbrar, a partir de uma esperada conciliação destes dois agentes-chave, certa estabilização socioeconômica da colônia amazônica tida como precária e periférica. Quanto aos índios aldeados, sem participação alguma nas negociações, eles obtiveram uma relativa proteção, em razão da interdição da entrada de "brancos" e mestiços nas missões e das disposições especiais para mulheres e grupos recém-descidos. De fato, o espaço autônomo dos aldeamentos permitiu, por um tempo longo, que se desenvolvesse uma cultura popular de matriz indígena na qual elementos de origem xamânico-ameríndia se justapuseram e/ou se sobrepuseram àqueles de proveniência ibero-barroca (Arenz e Silva 2012: 64–68).

Não obstante seu conteúdo pragmático e teor conciliatório, o Regimento das Missões revelou-se de difícil aplicação. Assim, a persistência da falta crônica de mão de obra servil, a crescente afirmação das outras ordens religiosas (franciscanas, mercedárias e carmelitas) e a ocupação dos sertões ocidentais da bacia amazônica com a construção de uma malha cada vez mais cerrada de fortes e fortins, marcaram a conjuntura no último quartel do século XVII (Kiemen 1954: 173–179). Diante

7 Índios recém-descidos eram aqueles ainda não evangelizados trazidos pelos missionários de áreas ainda não ou pouco controladas pelos colonizadores para serem incorporados às aldeias.

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

desse quadro, um alvará readmitiu, em 1688, a organização de tropas de resgate, no intuito de aumentar o total de trabalhadores indígenas (Portugal 1688). Poucos anos depois, em 1693, a rede de aldeamentos foi dividida entre todas as ordens presentes na colônia (Portugal 1693). Independente do fato de essa medida visar enfraquecer a posição da Companhia de Jesus na região, os inacianos não dispunham de missionários suficientes para garantir um atendimento pastoral e administrativo adequado à ampla rede de aldeamentos. Conforme as disposições dadas, os jesuítas se retiraram das missões da margem esquerda do Amazonas e das mais recentes, situadas nos rios Madeira e Negro (Bettendorff 1990: 544–547). De certa forma, a divisão até favoreceu os inacianos, pois resultou em uma concentração eficaz de suas atividades no lado sul do rio Amazonas, uma área já bem integrada às dinâmicas econômicas da colônia.

No que tange à implantação do Regimento das Missões no interior dos aldeamentos, evidenciou-se a necessidade de fortalecer a coesão do grupo dos missionários e de uniformizar os métodos pastorais. Neste sentido, Bettendorff tratou em 1690, quando assumiu pela terceira vez o cargo de superior da Missão, de reafirmar a "Direção do que se deve observar nas Missões do Maranhão", um regulamento interno da autoria de Antônio Vieira (1943),[8] e de definir o material catequético obrigatório. Esta política de uniformização objetivou evitar a dispersão do efetivo jesuítico, sobretudo ante os desafios acima evocados e a chegada sucessiva de numerosos missionários jovens e inexperientes.

Além de promover a uniformização da vida cotidiana e do ensino doutrinário nos aldeamentos, Bettendorff conseguiu obter, durante seu terceiro período como superior, um aumento dos subsídios reais para os missionários, conforme as disposições do padroado, e a implantação definitiva de todas as etapas da formação jesuítica (humanidades, noviciado, filosofia e teologia). Todas essas medidas contribuíram para a consolidação interna da Missão do Maranhão, sobretudo em face das sucessivas modificações externas (Arenz 2010: 56 s.).

A trajetória do padre João Felipe Bettendorff revela o quanto seu interesse pela escrita catequética está intrinsecamente ligado à sua função de superior e procurador da Missão. Sobretudo, sua presença em Lisboa, entre 1684–1688, para acompanhar as negociações acerca do Regimento, como também seus esforços de uniformização da atividade catequética na Missão, entre 1688 e 1690, constituem o contexto imediato para tratarmos, em seguida, de sua atuação como editor e autor de obras em tupi.

3 João Felipe Bettendorff e a política linguística jesuítica na Amazônia

João Felipe Bettendorff foi aprendiz, difusor, autor e normatizador da língua tupi usada nas missões amazônicas. Dessa maneira, ele abrangeu todas as atividades concernentes à política jesuítica de evangelizar em tupi, entre elas a de atuar, como vimos, na uniformização dos textos catequéticos, para evitar uma indesejada diversidade. Seu aprendizado da língua tupi começou ainda em Lisboa, em 1660, com auxílio de uma gramática escrita em português, possivelmente a de Figueira ([1621]). Antes de embarcar para a Amazônia, ele diz tê-la traduzido para o latim, com o objetivo de enviá-la aos jesuítas de sua Província de origem, a Galo-Belga (Bettendorff 1660; 1990: 157) e com isso facilitar o aprendizado do tupi a seus confrades em formação. Além da gramática, Bettendorff anexou uma doutrina em tupi, à qual teve acesso em Lisboa. Não ficaram vestígios desses textos enviados por Bettendorff.

Poucos meses após sua chegada à Amazônia, Bettendorff escreveu diálogos de doutrina em três línguas não tupi (Tapajós, Urucucus e Nheengaibas) (Bettendorff 1990: 168), seguindo a recomendação do já mencionado regulamento interno das missões, escrito pelo padre Antônio Vieira (1943: 115 s.). O documento determinava que os missionários se ocupassem da produção de breves diálogos catequéticos para preparar seus falantes não tupi para o batismo, sendo que, depois dessa etapa, os neófitos deveriam ser incorporados à evangelização pela língua tupi. Escreve Vieira a respeito:

> O Padre que os tiver [adultos que não forem da Língua Geral] à sua conta procurará com todo o cuidado fazer um catecismo breve que contenha os pontos precisamente necessários para a Salvação, e dêste usarão nos casos de necessidade, e por ele os irão ensinando e instruindo (Vieira 1943: 115 s.).

Os diálogos de doutrina nas línguas dos Tapajós e Urucucus foram escritos com intermediação da Língua Geral. Índios bilíngues desses idiomas não tupi e da "geral" eram mediados pelo irmão Se-

8 O documento também é conhecido como "Visita", pois resulta da visitação do padre Vieria a todos os aldeamentos da Missão entre 1657 e 1660.

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

bastião Teixeira e, após a saída desse, pelo alferes João Correia[9]. Os dois últimos traduziam da "geral" para o português, pois Bettendorff, nessa fase ainda não dominava a Língua Geral. O diálogo de doutrina em nheengaíba foi escrito com a ajuda de um mameluco bilíngue em ambas as línguas (Bettendorff 1990: 336).

Bettendorff foi também editor de três obras em tupi, impressas durante seu exílio em Lisboa entre 1685 e 1688: "Catecismo Brasilico da Doutrina Chistãa" (Araújo e Leam 1686), "Arte de Grammatica da lingua brasilica" (Figueira 1687), e *Compendio* (1687). Em correspondência entre 1686 e 1687 ao superior geral Charles de Noyelle e, depois, ao vigário geral da Companhia de Jesus Domenico Maria de Marini, Bettendorff (17/02/1687: 148 r) comenta que estava preparando a impressão desse material. Essas atividades de editor tupi o impediram de retornar para a Amazônia em 1686, junto com os demais jesuítas, como relata ao vigário geral de Marini em fevereiro de 1687: "Eu fiquei aqui [Lisboa] para a impressão da gramática e da doutrina cristã pela qual o muito reverendo padre Charles de Noyelle me transmitiu a licença".

Bettendorff ficou responsável por acompanhar a impressão das três obras tupi na oficina Miguel Deslandes. As erratas do catecismo de Araújo e Leam (1686) mostram terem sido feitas por alguém em Lisboa que, como Bettendorff, conhecia tanto tupi como latim. O responsável por essa seção priorizou os casos de erros que comprometiam a interpretação semântica nessas duas línguas e se absteve de corrigir aqueles considerados de menor importância ("Além destas erratas ha hua de pouca sustancia, que por isso senaõ apontaõ"; Erratas em Bettendorff 1687: [34]). Exemplos de correções:

- "ceté catú" ('corpo dele bonito') foi corrigido para "ceté çupé" ('para o corpo dele') em uma passagem sobre "Da Santa Igreja Catholica, & comunicaçaõ dos Santos" ("Pag. 68.reg.7 tem ceté catú, lede ceté çupé", Araújo e Leam 1686: [34]).
- a forma latina "requiescant" (plural) foi corrigida para "requiescat" (singular) em uma passagem do Officio da Agonia, ("Pag. 331. reg.18. & 333. reg.7. tem requiescant, lede requiescat", Araújo e Leam 1686: [35]).

A impressão dessas duas obras catequéticas entre 1686 e 1687 representou uma renovação, por parte da Companhia de Jesus, dos instrumentos de padronização do discurso cristão em tupi. A hierarquia jesuítica era responsável por cuidar que os missionários seguissem os textos tupi oficializados. Esse foi o papel de Bettendorff, quando superior da Ordem na Amazônia: atuou como padronizador dos textos catequéticos por meio da ação de "publicar" (tornar público e oficial) uma única versão para a doutrina tupi, ao constatar que os padres usavam diferentes formulários:

> Achei em tempo desta minha visita que os padres missionários não concordavam sobre os pontos das perguntas e respostas das doutrinas que cada dia se mandava fazer aos índios das aldêas, e que uns ensinavam uma parte, outros outra, acrescentando ou mudando o mais que lhes parecia, e assim para reduzir todos á uniformidade, prescrevi e mandei publicar a doutrina que se usava em toda a missão, desde os seus principios, acrescentando-lhe somente umas perguntas mais necessarias sobre os actos da Fé, Esperança e Caridade, da confissão e communhão, e como ainda agora alguns não tem, quiz pôl-la aqui, para que em todo o tempo se possa recorrer a ella, para uniformidade de doutrina em toda a missão (Bettendorff 1990: 483).

4 Conteúdo do Compendio

Nas "Advertencias" ([9–13]), Bettendorff apresenta as partes do seu catecismo (orações, preceitos e diálogos de doutrina), assim como prescreve as formas diárias de utilizá-lo no cotidiano da missão e explica o valor fonético de algumas letras usadas para o tupi. Além das orações e das listas de preceitos (1–29) e dos diálogos (30–105), o *Compendio* contém dois formulários de sacramentos (batismo e extrema-unção) (106–132). Todos os textos são traduzidos para o português, diferentemente do catecismo de Araújo e Leam (1686), somente em tupi. No final, há textos em latim relativos à "Bençam da Mesa" (133), a "Ladainha de Nossa Senhora" (134) e o "Modo de ajudar à Missa, segundo a Igreja Romana" (138).

Em relação às orações e às listas de preceitos, o *Compendio* reproduz basicamente as mesmas versões desses textos presentes no primeiro catecismo tupi impresso (Araújo 1618) e depois reproduzidas em Araújo e Leam (1686). A oração mais divergente entre os catecismos de 1686 e 1687 é o "Acto de Contrição". Bettendorff (1687: 28) opta

9 O irmão Sebastião Teixeira que acompanhou Bettendorff ao Tapajós é descrito como "conhecedor da lingua". Após poucas semanas, o padre luxemburguês se viu forçado a acompanha-lo de volta até a Cametá, em razão de uma profunda melancolia ou depressão. Ao remontar o rio Amazonas, o padre levou consigo o ex-militar João Alferes, indicado pelo padre Antônio Vieira e caracterizado como "grande sertanejo e lingua", além de "sangrador de grande caridade" (Bettendorff 1990: 158, 162 s., 168).

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

pela versão longa, enquanto Araújo e Leam (1686: 11) contém a curta. Essa oração mostra que o "Ato de Contrição" não logrou, ao longo dos séculos, uma fixação no interior da Ordem.[10]

A seção dos diálogos de doutrina no *Compendio* está organizada em três partes (Fé, Esperança e Caridade). A organização tripartida está presente nos autores de catecismos jesuíticos em língua alemã (Pedro Canisius, 1ª ed. 1555 e Nicolaus Cusanus, 1ª ed. em alemão 1627). O catecismo de Araújo e Leam (1686) manteve a estrutura da primeira edição de Araújo (1618), que por sua vez foi influenciada pelo catecismo português de Marcos Jorge e Inácio Martins (1ª ed. 1566), organizado por meio de diálogos sobre orações (Sinal da Cruz, Pai Nosso e Ave Maria) e listas de preceitos (os Mandamentos, os pecados, etc.). Assim está organizada também a obra de Araújo e Leam (1686).

O *Compendio* (1687) e Araújo e Leam (1686) se diferenciam em relação ao número de turnos de perguntas e respostas. O primeiro, com cerca de 200 turnos, representaria o estatuto do catecismo breve, destinado a ser memorizado pelos índios para uso diário na doutrina. O título da obra (*Compendio*) e a Dedicatória enfatizam o caráter da obra como sumário:

> [...] como movido da obediencia me apliquei ao **pequeno** trabalho deste Compendio, que em si encerra **summariamente** todos os mysterios divinos (Bettendorff 1687: [3]; negrito incluído).

Alinhado à proposta de oferecer um sumário, Bettendorff usa o recurso gráfico de uma estrela, parecida a um asterisco (*), para sinalizar os turnos de perguntas e respostas que não deveriam ser eliminados quando houvesse uma necessidade de abreviá-los. Dessa forma, o controle jesuítico sobre o texto de evangelização se mantinha também na versão reduzida da doutrina ("quando fosse necessario abreviallos [os diálogos], nunca se deixem de fazer as perguntas notadas de huma estrella, em sinal de serem as principaes, e mais necessarias de todas" em Bettendorff 1687: [7]).

Em relação aos dois formulários de sacramentos contidos no *Compendio*, ambos estão relacionados ao conceito do "bem morrer os Indios" (Bettendorff 1687: 131): "Breve instrucção para Baptizar em caso de suprema necessidade" (106) e "Breve Instrucção para ajudar a bem morrer algum moribundo, com todos os actos necessarios em aquela hora" (119–131), ambos relacionados à morte, motivados talvez pelas inúmeras epidemias que assolaram a Amazônia, principalmente nas décadas de 1660 e 1690.[11] Ambas seções vêm citadas no subtítulo da portada do *Compendio* ("com duas breves Instrucçoẽs: ũa para bautizar em caso de extrema necessidade, os que ainda saõ Pagaõs; & outra, para os ajudar o bem morrer; em falta de quem saiba fazerlhe esta charidade").

O cerimonial do batismo é o que apresenta maior divergência entre as obras de Bettendorff e de Araújo e Leam (1686). A versão deste último, de 1686, introduz o batismo coletivo (ausente em Araújo 1618 e em Bettendorff 1687) e deixa para as considerações "*sub conditione*" as determinações sobre a validade ou não do batismo em situação de iminência de morte. Bettendorff fixa o cerimonial desse sacramento no mesmo contexto, e o tupiniza ao traduzir para a Língua Geral o ato performativo do batismo enunciado pelo ministrante ("Ego baptizo in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti" em Araújo e Leam 1686: 217, "Ixé oromöiacỹc, Tûba, Täŷra, Espirito Santo rêra pupé" em Bettendorff 1687: 117).[12]

Convém lembrar que a atividade missionária, na época barroca, tendia acentuar a preparação para a morte enquanto fenômeno onipresente (epidemias, guerras), o que explica a importância acordada aos sacramentos do batismo e da extrema-unção, além da confissão. No caso dos índios aldeados, os referidos rituais confirmavam a pertença tanto à cristandade universal quanto ao aldeamento local (Arenz 2014: 20–24).

A circulação do catecismo de Bettendorff na Amazônia se manteve até o século XVIII, como se

10 Conforme a tradição casuística de sua ordem, os missionários jesuítas tendiam a facilitar o acesso de todos à confissão. Por causa disso, eles se contentavam geralmente, no caso dos índios, com o sentimento de atrição (arrependimento de uma falta cometida por medo de uma eventual punição) em vez da contrição oficialmente exigida (remorso sincero e consciente de um erro e propósito explícito de evitá-lo doravante). Luiz Felipe de Alencastro (2000: 164) observa a respeito desta diferenciação: "Confitentes deviam se submeter à contrição, à confissão propriamente dita e à compunção pelos pecados cometidos. [...] os confessores podiam recusar ou adiar o sacramento. *Contrito caritate perfecta*, a norma do Concílio [de Trento] distinguia a contrição perfeita, caracterizada pela hostilidade sincera e desinteressada ao pecado, da atrição, arrependimento apenas motivado pelo temor do castigo divino. Tolerada no batismo de nativos [índios], a simples atrição parecia, a alguns padres, insuficiente para tornar a confissão efetiva."

11 Houve dois surtos epidêmicos muito impactantes no século XVII, a saber em 1662–1663 e 1694–1695 (Bettendorff 1990: 212 s., 587 s.).

12 "*Ixé oromöiacỹc, Tûba, Täŷra, Espirito Santo rêra pupé*" – Eu te lavo em nome do Pai, do Filho e Espirito Santo (trad. Ruth Monserrat).

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

pode acompanhar pelos depoimentos de jesuítas e, indiretamente, pelas fontes tupi manuscritas setecentistas. Em relação ao cerimonial da extrema-unção, sabemos que o jesuíta húngaro David Fáy (1942: 269) fez uso em 1753 da versão de Bettendorff, por causa de sua menção às glosas em português:

> Havia entre eles muitos doentes. [...] vieram implorar-nos; embora não soubesse ainda a língua vali-me do catecismo em língua lusitana e brasileira, auxiliei como melhor pude aqueles desamparados (Fáy 1942: 269).

Um dicionário anônimo da Língua Geral de 1756 (recentemente encontrado na Biblioteca Municipal de Trier pelo linguista luxemburguês Jean-Claude Muller), mostra que seu autor teve acesso ao *Compendio*, de onde copiou alguns trechos para inseri-los como exemplos nos verbetes, como no caso da entrada Purgatório.[13]

Anônimo, Dicionário de 1756: 34	**Bettendorff 1687 b: 50 s.**
'Purgatorio. tatà. mondycaba. Bett[endorff]. pag. 51. forte dicdū repymondycaba	"*Putunuçú tatá mondycâba árybo ocôbäé, pitanga imogaräíbipŷrëŷma recoâbamo cupê*. He huma caverna obscura por cima do Purgatorio em que estaõ os mininos que falecéraõ sem bautismo"

Também os diálogos de doutrina tupi do século XVIII (Anônimo 1757, 1750, 1751) mostram que o modelo seguido foi o do catecismo de Bettendorff e não a versão de Araújo e Leam (1686) (Monserrat, Barros e Mota 2010).

5 O estatuto de obra rara da edição princeps a partir do século XIX

Em 1800, mais de quarenta anos depois da expulsão dos jesuítas (1759) e da promulgação do Diretório dos Indios (1757), legislação que havia proibido o uso da Língua Geral, o catecismo de Bettendorff foi reeditado em Lisboa pelo franciscano e botânico Frei Mariano da Conceição Velloso. Com a reimpressão, a versão *princeps* se tornou objeto de interesse de bibliófilos, ao ser incluída em catálogos de obras raras.

Bartolomé José de Gallardo e Manuel Zarco inserem o *Compendio* em "Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos" (1888). Três anos mais tarde, Jean George Graesse faz menção ao catecismo no "Trésor de livres rares et précieux" (1891). Por fim, Cipriano Muños y Manzano o inclui no seu livro sobre "Bibliografia española de lenguas indigenas de América" (1892). O estatuto de obra "rarissima" se manteve, desde então, nos inventários de bibliófilos do século XX e XXI (Moraes1969; Almeida 2010).

Em todas as obras acima citadas, se mantiveram informações contraditórias em relação à data de impressão do *Compendio*. Graesse (1891) incluiu o ano de 1678, como está registrado na portada. A correção para o ano de 1687 foi feita inicialmente pelos bibliófilos espanhóis (Gallardo e Zarco 1888 e Muñoz y Manzano 1892), com o cotejo das datas das licenças, todas posteriores a julho de 1687.

Alguns autores afirmam que a data da portada foi corrigida nas erratas do *Compendio*. Um dos que fazem essa afirmação é Serafim Leite: "... o ano exacto da impressão, aliás corrigido em errata" (Leite 1949: 99). Essa informação tem sido repetida recorrentemente nas referências posteriores ao catecismo de Bettendorff (Ayrosa 1954, Moraes 1969, Almeida 2010). Entretanto, não encontramos a referida errata no exemplar da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Teria havido tiragens diferentes da mesma edição *princeps* do *Compendio*?

Outra possibilidade é de que a afirmação de que há erratas no *Compendio* corrigindo o ano da impressão de 1678 para 1687, reflita apenas uma leitura equivocada de passagem de Muñoz y Manzano (1892) sobre o catecismo, onde se menciona: " Según se ve por la fecha de las aprobaciones y licencias, el libro debio imprimir-se em 1687, y no em 1678, **como por errata, sin duda, se dice la portada**". O trecho em negrito – por nós acrescentado – apenas declara que se trata de um erro ("errata") e não da seção de erratas.

6 Descrição física e considerações sobre a procedência do exemplar da Fundação Biblioteca Nacional

A parcial descrição física do *Compendio* de Bettendorff se justifica, em épocas de digitalização de acervos, pelo fato de tornar possível a reunião de informações as mais diversas em um só meio – no caso, o presente artigo. Além das investigações acerca do conteúdo e do histórico do catecismo, registramos o formato, assinaturas, transcrição e outros dados que podem ser de utilidade na eventualidade do surgimento de mais exemplares.

13 Agradecemos a Gabriel de Cássio Pinheiro Prudente pela elaboração da tabela referente à entrada.

This content downloaded from 132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

Abaixo, a descrição do exemplar da Fundação Biblioteca Nacional, na Divisão de Obras Raras. A ficha catalográfica disponível no setor e o registro na base de dados da Biblioteca são similares e indicam que o livro foi catalogado parcialmente pelo Projeto Especial em 21 de junho de 2001:

Betendorf, João Felipe, 1626?–1697[14]

COMPENDIO DA DOUTRINA CHRISTAM *Na língua Portugueza, & Brasilica*: *Em que se comprehendem os principaes mysterios de nossa Santa Fe Catholica, & meios de nossa salvaçaõ*: Ordenada à maneira de Dialogos accomodados para o ensino dos Indios, com duas breves Instruc[...]oẽs: hũa para bautizar em caso de extrema necessidade, os que ainda saõ Pagaõs; & outra, para os ajudar a bem morrer, em falta de quem saiba fazerlhe esta cha-ridade: **Pelo P. Joam Phelippe Bettendorff da Companhia de JESUS, Missionario da Missaõ do Estado do Maranhaõ.**

[Emblema da Companhia de Jesus]

LISBOA, Na Officina de MIGUEL DESLANDES Na Rua da Figueira. Anno 1678 [i. e., 1687].

[Traço horizontal]

Com todas as licenças necessárias.

[22], 142 p., il. (frontispício); 13,5 cm (8vo).

Nome e data de nascimento e morte retiradas de ficha catalográfica antiga.

8vo: ŧ^{8} 2ŧ^{4} A-I^{8} (-I8) (ŧ1, ŧ2 versos em branco). A última folha, provavelmente em branco, que completa o caderno "I" (I8), é ausente.

Texto em duas colunas.

O carimbo da Bibliotheca Nacional e Publica do Rio de Janeiro, em vermelho, aparece na página de rosto e nas páginas de texto 20 e 142.

O exemplar na FBN está envolto em papel branco com fita de pano da mesma cor. Foi restaurado, no passado, com papel laminado e se encontra em más condições físicas, com marcas de insetos. Encadernação original em couro, solta devido à degradação do exemplar.

As páginas 33-34 estão rasgadas na margem direita, na parte inferior.

Na página 89 há correção do texto da língua brasílica, na última linha, penúltima palavra: em "goâba", a última letra "a" está cortada e, na margem direita, há a anotação manuscrita a lápis "o/".[15]

A encadernação é original, em couro, com gravação na lombada: "Bettendorff [traço horizontal] Dout. Christam na Ling. Brasilica" e possui etiqueta com a localização do livro na então Seção de Livros Raros: S.L.R. 45, 0, 12. No centro da contracapa há o ex libris da Fundação Biblioteca Nacional com a mesma localização acima. Este se encontra colado sobre outro (aparentemente, um ex libris antigo da própria Biblioteca Nacional). Há, igualmente, o selo: Bibl. Nacional 32933 Off. de Encad.

A contracapa e folha adjacente, em papel do tipo marmorizado, são seguidas por uma folha de guarda em papel comum. Nesta, há a mesma localização a lápis, no centro da margem superior.

A página de rosto ostenta uma xilogravura com emblema da Companhia de Jesus ao centro. Há marcas de propriedade, como carimbo com tinta vermelha, inclinado, da Bibliotheca Na[...] e Publ[...] [...] d[...] [...], ou seja, Bibliotheca Nacional e Publica do Rio de Janeiro (ao lado do emblema), assim como assinatura (muito provavelmente de época) ilegível: "Aº. d[?]. [...] [nEam?].

No verso da página de rosto, no canto esquerdo inferior, há um carimbo redondo, com tinta preta: Biblioteca Nacional S.L.R. e, logo abaixo, 14.655/1958 (com o ano abaixo do traço).

Em seguida, na folha ŧ2 ou p. [3], há uma xilogravura de Nossa Senhora com o Menino Jesus no colo, ambos sobre meia lua, inseridos em moldura enfeitada. Na parte superior da moldura, carimbo em vermelho, inclinado, da Bibliotheca Nacional e Publica do Rio de Janeiro.

O Index é organizado pela ordem de aparecimento dos assuntos, que são por sua vez remetidos à página específica.

As partes introdutórias aparecem na sequência correta, confirmada pelos reclamos (primeira sílaba da primeira palavra da página seguinte):

"Dedicatoria a Soberana Virgem Mãy de Deos Nossa Senhora da Luz", [3-5], com vinheta na margem superior e capital (letra inicial) ornamentada no início da dedicatória, [3];

"Ao Leitor", [6-8], com vinheta na margem superior na p. [6];

"Advertencias", [9-13], com vinheta na margem superior na p. [9];

"Aprovaçam", p. [14] de Luis Alvares para imprimir o livro, datada de 4 de julho de 1687, em Lisboa;

"Licenças", [15-20], com vinheta na margem superior na p. [15]. A "Errata" se encontra ao final das Licenças, separada por traço ornamentado, e ocupa a parte inferior da p. [20]. Dos sete erros

14 Como mencionado mais acima, Bettendorff viveu de 1625 a 1698.

15 A pessoa que fez a correção mostrava conhecer a língua tupi (*ŷ miri* ***goâbo*** *'*água um pouquinho **tomando'**; trad. Ruth Monserrat).

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

relacionados, somente o primeiro e o terceiro se referem à língua portuguesa.

As vinhetas acima citadas, presentes nos itens que compõem as partes introdutórias, diferem umas das outras.

"Index", [21–22], com carimbo em vermelho, inclinado, da Bibliotheca Nacional e Publica do Rio de Janeiro na p. [22].

A segunda parte do *Compendio* tem início na p. 30.

Nas páginas 51 e 53 há anotações manuscritas ilegíveis, em azul.

A página 119 há erro de impressão na assinatura: "Giiij", em vez de "Hiiij". A ordem das folhas está correta, comprovada pelo reclamo.

Até a página 115, o texto se apresenta em duas colunas. No início da p. 116 o texto ainda está em duas colunas. No restante da página 116 e nas 117 e 118 o texto é corrido, indicando o que deve ser feito naquele momento da instrução. O mesmo ocorre nas páginas 122, 123, 124, 129, 131, 132 e, também, na página 133, na "Bençam da Mesa".

Na página 134, há a Ladainha de Nossa Senhora, com a mesma ilustração descrita na p. [3].

Não se tem registro preciso da data de entrada do exemplar na Fundação Biblioteca Nacional, caso tenha entrado nesta instituição antes de ser registrado na Seção de Livros Raros (S.L.R.) em 1958. De acordo com as investigações feitas no final de 2016, tudo indica que o livro foi adquirido pela FBN e registrado diretamente na S.L.R, pois, na época, os setores especializados tinham registro próprio, diferente daquele feito para o acervo geral. Assim, o exemplar em questão tanto pode ter dado entrada na Biblioteca em 1958 quanto em data anterior e permanecido sem tratamento técnico por certo tempo. Em época ainda mais recuada, pode ter estado em mãos de um colecionador ou ter pertencido a outra instituição. Por ora, tudo é uma incógnita.

Em 1880, Valle Cabral, chefe da Seção de Manuscritos da então Biblioteca Nacional, desconhecia a existência de algum exemplar para consulta, quando organizou sua bibliografia sobre a língua tupi: "É de tal sorte rara, que nem um só exemplar apparece hoje em local determinado, onde se possa verificar a sua existência" (Cabral 1880: 26). Mais tarde, Valle Cabral foi informado por Antonio Herculano de Souza Bandeira de que havia um exemplar sem página de rosto do catecismo na biblioteca "provincial de Pernambuco" (Cabral 1880: 26). Assim, parece não se tratar do mesmo exemplar.

Lemos Barbosa, em seu "Curso de Tupi antigo" (1956), de fato consultou o catecismo de Bettendorff, conforme demonstra sua análise e comparações com outros livros sobre o mesmo assunto, como as que fez com os de Anchieta e Figueira. No entanto, fica-nos difícil afirmar com segurança que o exemplar por ele utilizado tenha sido o da Fundação Biblioteca Nacional.

A pesquisa pelo número de registro 14.655/1958 no livro de registro do acervo geral da Fundação Biblioteca Nacional (na Divisão de Manuscritos da FBN) indica: J. M. Pereira da Silva. *História da Fundação do Império do Brasil*, tomo V. Rio de Janeiro: Garnier, 1865. Assim, deduzimos que não houve outro registro para o compêndio de Bettendorff na Fundação Biblioteca Nacional.

O livro de registro (ou livro de tombo) na Seção de Livros Raros (hoje Divisão de Obras Raras) não foi localizado em janeiro de 2017. Com sucessivas mudanças na estrutura da FBN, nomes de setores sofreram alterações ao longo das últimas décadas, o que dificulta saber, hoje, quando e qual setor pode ter encaminhado esse livro de tombo para o Arquivo Geral da Fundação Biblioteca Nacional, no prédio conhecido como Anexo, na região do Porto do Rio de Janeiro, caso não esteja, mesmo, no prédio principal da Avenida Rio Branco. Encontrar o livro de tombo da Divisão de Obras Raras e ler o registro 14.655/1958 nos dará a certeza possível, para o momento, de que não há mais nenhuma informação, além do que se sabe, sobre a entrada do catecismo na FBN.

O final da década de 1950 foi um período de renovação na Fundação Biblioteca Nacional, e não apenas do curso de Biblioteconomia que lá funcionava. Houve modernização de instalações e equipamentos da área de conservação e restauração, compra de mobiliário, etc. Apesar da carência de pessoal e da limitação orçamentária, os projetos em curso tiveram continuidade, sob a direção de Celso Ferreira da Cunha. Segundo informações do relatório de atividades da instituição, no ano de 1958 foram comprados 2.550 itens (entre livros, folhetos, mapas e outros impressos.), sendo que 16 para a Seção de Livros Raros, para onde foram também cinco itens por doação. Da mesma forma, foram incorporados à S.L.R. 57 itens a partir de requisição ao depósito da Biblioteca, ou seja, havia livros no acervo geral que precisavam ser transferidos para a S.L.R. Esta última informação nos reforça a ideia de que o *Compendio* de Bettendorff poderia estar há anos na BN sem tratamento técnico, dada a dificuldade, em especial, de contratação de pessoal especializado.

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

O mesmo relatório da direção geral (gentilmente cedido para consulta por colegas da Divisão de Manuscritos), que fornece as informações acima na página 8, também menciona os principais livros adquiridos pela instituição no ano de 1958, como a primeira edição de "Cultura e opulencia do Brazil por suas drogas e minas", do padre André João Antonil. É de difícil compreensão que o *Compendio da doutrina christam* não tivesse sido considerado digno de constar dessa seleção, se tivesse sido adquirido naquele ano (ou fosse já conhecido). Permanece a dúvida.

7 Considerações finais: regionalização do discurso jesuítico tupi para Amazônia através do *Compendio*?

Uma das questões ainda sem resposta é como interpretar a impressão de dois catecismos tupi pela Companhia de Jesus em tão curto período de tempo (Araújo e Leam 1686 e *Compendio* 1687), tendo em vista o caráter uniformizador da política linguística jesuítica. Ao imprimir um segundo catecismo, Bettendorff estaria impondo uma diferenciação e autonomia ao texto da evangelização na Amazônia, distinto daquele aprovado pelo Provincial dos jesuítas Padre Alexandre de Gusmão, contido no catecismo de Araújo e Leam de 1686? Ou entre ambos há apenas uma relação de complementaridade entre uma versão breve (*Compendio*) e uma mais extensa (Araújo e Leam 1686)?

Em duas cartas de Bettendorff, escritas em 1686 e 1687, durante o exílio em Lisboa, é possível encontrar críticas suas ao catecismo de Araújo e Leam, que justificariam a impressão de um segundo catecismo. Na primeira correspondência, ao superior geral, ele menciona:

> Também estou acompanhando, como corretor, a impressão do catecismo brasílico [Araújo e Leam]. Mas como ele deixa a desejar em muitas coisas, além de ter sido redigido tão somente em língua brasílica – e, por isso, ele servirá menos para o povo e para os novos missionários –, compus um outro em língua portuguesa e brasílica para que pudesse ser compreendido e ensinado por todos. Que Vossa Paternidade conceda a permissão para a impressão e para que seja submetido ao uso público por meio do prelo para que contribua à instrução (Bettendorff 1686: 130 r; trad. K. Arenz).

Na segunda correspondência, ele ratifica a necessidade de imprimir um outro catecismo "para formular melhor certas coisas (confio que possa ser assim)" (trad. K. Arenz) em carta a Domenico Maria de Marini em 17 de fevereiro de 1687.

O projeto de fazer um catecismo bilíngue tupi-português foi concretizado no *Compendio*, diferentemente da edição de Araújo e Leam (1686), que não apresentava glosas em português. Nesse ponto, Bettendorff satisfazia seu desejo de ter um instrumento de evangelização que pudesse ser usado na catequese dos colonos e ao mesmo tempo auxiliar os missionários que não soubessem o que estavam dizendo em tupi.

Continua em aberto, porém, a questão de saber em que pontos da doutrina Bettendorff consideraria que a versão de Araújo e Leam "deixava a desejar" e que, por isso, teria sido necessário "formular melhor certas coisas". A resposta a essa questão requer uma comparação minuciosa entre os dois catecismos, principalmente nos textos em língua tupi. Como vimos, na sessão das orações e preceitos, Bettendorff manteve os mesmos textos em tupi cristalizados desde o século XVI. Em contrapartida, há divergência na maneira de batizar em situação de emergência. É no exame dos diálogos, de qualquer forma, que se faz mais necessário o estudo minucioso das traduções de conceitos cristãos para o tupi, adotadas por Bettendorff. Isso permitiria identificar em quais pontos da doutrina ele fez alterações no discurso oficializado pela Companhia de Jesus até então.

O fato de haver a edição de dois catecismos na mesma época – dos quais um próprio para a Missão na Amazônia – poderia estar vinculado à articulação política de Bettendorff na corte, como vimos mais acima. Vale lembrar que ele esteve em Lisboa em sua qualidade de procurador *ad hoc* dos missionários expulsos em 1684 da cidade de São Luís do Maranhão. Os escritos do padre luxemburguês revelam que ele estava empenhado em, de um lado, obter um *modus vivendi* com os colonos – fixado no Regimento das Missões em dezembro de 1686 – e, de outro lado, calar as vozes internas, inclusive a do superior Jódoco Perret, desejosas de suprimir a Missão. Neste sentido, a publicação de um catecismo próprio poderia ser interpretada como uma maneira de enfatizar a conveniência da continuação da presença jesuítica na Amazônia e de, além disso, propor uma forma diferente de ação missionária na região norte em relação àquela expressa no catecismo de Araújo e Leam aprovado pelo provincial do Brasil.

O exemplar do *Compendio* da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é um convite para verificar se houve divergências entre os jesuítas da Província do Brasil e da Missão do Maranhão na forma de evangelização em tupi. A

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

edição *princeps* do *Compendio*, além de possibilitar novos estudos sobre sua procedência, permitirá um aprofundamento dos estudos linguísticos, históricos e antropológicos sobre a evangelização jesuítica na Amazônia por mais de cem anos.

Agradecemos à linguista Ruth Monserrat, especialista em Tupi colonial, pela criteriosa revisão do texto.

Referências bibliográficas

Alencastro, Luiz Felipe
2000 O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras.

Almeida, Palmira Morais Rocha de
2010 Dicionário de autores no Brasil colonial. Lisboa: Edições Colibri. [2. ed. rev. e ampliada]

Alves de Souza e Mello, Marcia Eliane
2009 O Regimento das Missões. Poder e negociação na Amazônia Portuguesa. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica* 27/1: 46–75.

Anchieta, Joseph de
1595 Arte de Grammatica da Lingva Mais Vsada na Costa do Brasil. Coimbra: Antonio Mariz. <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or812098/or812098.pdf> [04.12.2018]
1988 Obras completas do Pe. José de Anchieta. Vol. 8: Prosa, Diálogo da fé. Introdução histórico-literária e notas do Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Edições Loyola.

Anônimo
1750 Gramatica da lingua geral do Brazil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita língua. Pará. [Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra. Ms. 69]
1751 Vocabulário na língua brasílica. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
1756 Vocabulário "Meirinho". Trier: Biblioteca Municipal de Trier. [Ms. 1136]
1757 Vocabulary of South American Languages. Londres: British Library. [Ms. King's 223]

Antonil, André João
1711 Cultura e opulencia do Brazil por suas drogas e minas. Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

Araújo, Antônio de
1952 Catecismo na Língua Brasílica [1618]. Com apresentação pelo Pe. A. Lemos Barbosa. Rio de Janeiro: Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Araújo, Antonio de, e Bertholameu de Leam
1686 Catecismo brasilico da doutrina christaã, com o cerimonial dos sacramentos, & mais actos parochiaes. Composto por Padres Doutos da Companhia de Jesus, aperfeiçoado, & dado a luz pelo Padre Antonio de Araújo da mesma Companhia. Emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholameu de Leam da mesma Companhia. Lisboa: Officina Miguel Deslandes.

Arenz, Karl Heinz
2010 Do Alzette ao Amazonas. Vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625–1698). *Revista Estudos Amazônicos* 5/1: 25–78.
2014 Uma lenta preparação para a morte. A evangelização nos aldeamentos jesuíticos na Amazônia portuguesa (século XVII). *Revista Estudos Amazônicos* 11/2: 1–45.

Arenz, Karl Heinz, e Diogo Costa Silva
2012 "Levar a luz de nossa Santa Fé aos sertões de muita gentilidade". Fundação e consolidação da missão jesuíta na Amazônia Portuguesa (século XVII). Belém: Açaí.

Ayrosa, Plínio
1954 Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* 169: 1–261 (Etnografia e Língua tupi-guarani, 28).

Barbosa, A. Lemos
1956 Curso de Tupi antigo. Gramática, exercícios, textos. Rio de Janeiro: Livraria São José.

Barros, Cândida
2015 "Em razão das conquistas, religião, commercio". Notas sobre o conceito de língua geral na colonização portuguesa da Amazônia nos séculos XVII–XVII. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 45/1: 99–112.

Bettendorff, João Felipe
1660 Carta de Bettendorff ao superior da Província Galo-Belga Hubert Wiltheim. Lisboa, 27/05/1660. [Bibliothèque royale de Belgique – Cabinet des Manuscrits, Bruxelas. Cód. 6828-69, fl. 397]
1686 Carta de Bettendorff ao superior geral Charles de Noyelle. Lisboa, 01/01/1686. [Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Roma. Cód. Bras 26, fl. 129r-130v. Tradução do latim por Karl Arenz]
1687 a Carta de Bettendorff ao vigário geral Domenico Maria de Marini. Lisboa, 17/02/1687. [Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Roma. Cód. Bras 26, fl. 148r-148v. Tradução do latim por Karl Arenz]
1687 b Compendio da Doutrina Christaã na Língua Portuguesa e Brasílica. Lisboa: Imprensa Miguel Deslandes.
1800 Compendio da Doutrina Christãa na lingua portuguesa, e brasilica. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
1990 Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão [1698]. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Secretaria de Estado da Cultura.
2008 Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão[1698]. Imperatriz: Ed. Ética.
2010 Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão[1698]. Brasília: Senado Federal. (Edições do Senado Federal, 115)

Birsens, Josy
1990 Manuels de catéchisme, missions de campagne et mentalités populaires dans le duché de Luxembourg aux XVIIe–XVIIIe siècles. Luxemburg: Impr. de la Cour P. Linden. (Publications de la Section historique de l'Institut Grand-Ducal de Luxembourg, 105]
1994 Vom Katechismus zur Volksmentalität. Der Einfluß der Volksmissionen und Katechismen der Jesuiten auf die Lebensweise und die religiösen Vorstellungen der Luxemburger Landbevölkerung im 17.–18. Jahrhundert. *Hémecht – Revue d'histoire luxembourgeoise* 46/1: 165–197.

Cabral, Alfredo do Valle
1880 Bibliographia da língua Tupi ou Guarani tambem chamada lingua geral do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

Castelnau L'Estoile, Charlotte
2015 "En raison des conquêtes, de la religion et du commerce". L'invention de la langue générale dans le Brésil du XVIe siècle. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 45/1: 77–98.

Chambouleyron, Rafael
2010 Degredados, açorianos e migrantes. O povoamento português na região amazônica (século XVII). In: R. Chambouleyron, e J. L. Ruiz-Peinado Alonso (orgs.), T(r)ópicos de História. Gente, espaço e tempo na Amazônia; (séculos XVII a XXI); pp. 27–46. Belém: Açaí.

Cusanus, Nicolaus
1627 Christliche Zuchtschul. In welcher neben dem Catechismo auch gründliche und warhafftige Resolution und Aufflösung aller schweren Fragstück so in jedem weltlichen Stand Wandel und Handel mögen fürfallen und auch der fürnembsten streittigen Glaubens Artickeln klärlich fürbracht wird. Luxemburg: Durch Hubertum Reulandt.
1628 Eschole chrestienne en laquelle tous chrestiens peuvent estre suffisament, instruits, & avoir resolution de plus difficiles cas que peuvent arriver en tout estat & affaire seculier, ensemble des principaux points de controverse en la foy. Luxembourg: Chez Hubert Reulant.

Drumond, Carlos
1948 Notas sôbre algumas traduções do Padre Nosso em tupi-guarani. S. Paulo: Universidade de São Paulo. (Etnografia e lingua tupi-guarani, 14; Boletins da Faculdade de Filosofia; Ciências e Letras, 90)

Edelweiss, Frederico G.
1969 Estudos tupis e tupi-guaranis. Confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editôra.

Fáy, David
1942 Cartas da América. Tradução e notas de Paulo Ronai. *Anais da Biblioteca Nacional* 64: 192–273.

Figueira, Luis
[1621] Arte da Lingva brasilica, composta pelo Padre Luis Figueira da Companhia de Jesv. Lisboa: Oficina de Manuel da Silva.
1687 Arte de grammatica da lingua brasilica. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes. [Cópia digitalizada da John Carter Brown Library: <http://openlibrary.org/books/OL24609514M/Arte_de_grammatica_da_lingua_brasilica>; 04.12.2018]

Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)
1957–1960 Relatório anual (datilografado). T: 10076 (Divisão de Manuscritos). Rio de Janeiro.

Gallardo, Bartolomé J., e Manuel R. Zarco del Valle
1888 Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos. Tomo 3. Madrid: Fundición de Manuel Tello.

Graesse, Jean George Theodore
1869 Trésor de Livres Rares et Precieux ou Nouveau Dictionnaire Bibliographique. Supplément, Tome 7. Dresden: Rudolf Kuntze. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hwrp2 f;view=1up;seq=7> [11.06.2018]

Jorge, Marcos, e Inácio Martins
1566 Doctrina Christaa ordenada a maneira de Dialogo para ensinar os meninos. Lisboa: Francisco Correa.

Kiemen, Mathias C.
1954 The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614–1693. Washington: Catholic University of America Press.

Leite, Serafim
1949 História da Companhia de Jesus no Brasil. Vol. 8: Escritores de A a M. Lisboa: Livraria Portugália.

Monserrat, Ruth, Cândida Barros, e Jaqueline Mota
2010 Comparação entre dois diálogos de doutrina tupi: Felipe Bettendorff (1687) e José Vidigal (1740). In: Jornadas Internacionais sobre as Missões religiosas, 13; pp. 1–14. Douradas: Universidade Federal Grande Douradas. <http://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/523/1/evento_Bettendorf_versao%20editor.pdf> [25.11.2017]

Moraes, Rubens Borba de
1969 Bibliografia brasileira do Período colonial. Catalogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808. São Paulo: IEB/USP. (Publições do Instituto de Estudos Brasileiros, 9)

Muñoz y Manzano, Cipriano
1892 Bibliografía española de lenguas indígenas de América. Madrid: Est. tipográfico Successores de Rivadeneyra.

Pereira da Silva, J. M.
1865 História da Fundação do Império do Brasil. Tomo 5. Rio de Janeiro: Garnier.

Portugal
1686 a Alvará, que deroga a Ley do 1º de Abril de 1680, que prohibia totalmente os resgates, e captiveiros dos Indios. Lisboa, 28/04/1688. [Biblioteca Pública de Évora. Cód. CXV/2-12, nº. 2, fl.129 v–132v]
1686 b Regimento & Leys as Missoens do Estado do Maranham, & Pará. Lisboa, 21/12/1686. [Biblioteca Pública, Évora. Cód. CXV/2-12, fl. 120–127]
1688 Alvará de Dom Pedro. In: Collecção Chronologica da Legislação Portugueza 1683–1700, 168. http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=103&accao=ver&pagina=194 [11.12.2018]
1693 Carta real ao governador demarcando novamente os distritos a cada Religião. Lisboa, 19/03/1693. [Biblioteca Pública de Évora. Cód. CXV/2-18, fl. 178 r–180r]

Vieira, Antônio
1943 Direção do que se deve observar nas Missões do Maranhão. In: S. Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil. Vol. 4; pp. 106–124. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms

Ergon

Lebensbetrachtungen in Deutschland und Frankreich

Studien zur Anthropologie und Kulturphilosophie 1
Olivier Agard – Gerald Hartung – Heike Koenig (Hrsg.)
Die Lebensphilosophie zwischen Frankreich und Deutschland
La philosophie de la vie entre la France et l'Allemagne
Studien zur Geschichte und Aktualität der Lebensphilosophie
Études sur l'histoire et l'actualité de la philosophie de la vie
Ergon

Studien zur Anthropologie und Kulturphilosophie | *1*

Olivier Agard – Gerald Hartung –
Heike Koenig (Hrsg.)

Die Lebensphilosophie zwischen Frankreich und Deutschland / La philosophie de la vie entre la France et l'Allemagne

Studien zur Geschichte und Aktualität der Lebensphilosophie / Études sur l'histoire et l'actualité de la philosophie de la vie

2018 | 345 Seiten | gebunden | **58,– €**
ISBN 978-3-95650-469-3

Zwischen 1860 und 1920 tritt der Begriff „Leben" in die philosophischen und wissenschaftlichen Debatten in Frankreich und Deutschland ein. Die Lebensphilosophie wird zu einer philosophischen Subdisziplin an den Rändern wissenschaftlicher und weltanschaulicher Diskurse. Innerhalb der Lebensphilosophie, die in Frankreich und Deutschland als Gegenbewegung zur akademischen Philosophie entsteht, werden kritische Positionen gegenüber den Natur- und Kulturwissenschaften erprobt und die Spielräume anti-moderner Haltungen erkundet. Der vorliegende Band gibt einen Überblick über den Reichtum dieser Debatten, die zentralen Motive, die politischen und ideologischen Implikationen und die ethischen Reflexionen über ein (nicht nur) menschliches Leben, das vor dem Zugriff der wissenschaftlichen Forschung und der politischen Inanspruchnahme bewahrt werden soll. Die Perspektive auf die Debatten in Frankreich und Deutschland sowie ihre Wechselwirkungen macht diesen Band zu einem einzigartigen Dokument.

Ergon – ein Verlag in der Nomos Verlagsgesellschaft
Waldseestraße 3–5 · 76530 Baden-Baden
Tel. +49 (0) 7221 2104-37/-38/-45 · Fax +49 (0) 7221 2104-43
E-mail orders@ergon-verlag.de · Online-Shop www.ergon-verlag.de

This content downloaded from
132.174.252.114 on Sun, 28 Apr 2024 00:46:19 +00:00
All use subject to https://about.jstor.org/terms